

## **A MULHER EMPRESÁRIA: INTROMISSÃO NUM MUNDO MASCULINO LEIRIA, 1836-1914**

**Alda Mourão Filipe \***

É inquestionável o lugar central que ocupa o empresário em qualquer modelo de desenvolvimento económico. Ao longo do séc. XIX ele produziu, comprou e vendeu, na perspectiva de obtenção de lucro, operando sob estímulos que decorriam do seu interesse próprio. Espreitava as oportunidades proporcionadas pelo mercado, mesmo ao nível do local, para se adaptar, reagir, criar e ganhar. Sucumbia ou tinha sucesso, de acordo com a precisão com que actuava e, porque não, com a sorte que o acompanhava.

Admirado por uns, foi obviamente odiado por outros. Suscitou paixões e dividiu o mundo em dois hemisférios: o dos oprimidos e o dos opressores.

Para a segunda metade do século XIX, inícios do séc. XX, se consideramos as condições específicas de uma ou de outra área económica, não podemos deixar de ter presente a realidade do mercado nacional em que se integram. Portugal era, então, um país, onde o empresariado se encontrava num primeiro estágio de (auto)formação, denotando desequilíbrios qualitativos, quanto a capital, dimensão de iniciativa e espírito empreendedor.

Neste contexto, a figura da mulher-empresária não ocupou, tal como hoje, um lugar destacado no nosso quadro económico. Na abordagem ao empresariado português, partindo da observação proporcionada pelo Clube de Empresários de Pequenas e Médias Empresas, Maria das Dores Guerreiro diz, num estudo recente, taxativamente: “[...] trata-se de um grupo predominantemente do sexo masculino”. A situação parece não ter sofrido grandes mudanças, a partir de meados do século XIX.

A intervenção empresarial no feminino que se registou na área económica de Leiria esteve sempre ligada a dois estados civis: prioritariamente quando viúvas; excepcionalmente como solteiras. As poucas mulheres que actuaram como empresárias acarretaram histórias de vida notáveis, que lhe permitiram singrar num mundo que, por

---

\* Instituto Politécnico de Leiria. Investigadora do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, da Universidade de Coimbra. Doutorada em História Contemporânea.

uma diversidade de razões, não lhes era favorável. Por isso mesmo as destacámos de entre um grupo socioprofissional em construção.

## O estado do problema

A proposta do tema “mulher-empresária” reflecte um conjunto de ideias que foram sendo organizadas, após um trabalho exaustivo sobre a formação do empresariado de uma área definida por cinco concelhos do distrito de Leiria<sup>1</sup>. Sob o ponto de vista teórico, e mesmo metodológico, não teria qualquer significado partir de um segmento da população activa, as mulheres, sem que a totalidade do cenário, onde exerceram as suas actividades, fosse previamente conhecida. Assim, o destaque dado à mulher, entre os agentes económicos, encontra a sua explicação num conhecimento prévio, alargado, ao conjunto da vida económica da região.

Este texto não pode ser entendido como um trabalho conclusivo, após longo período de reflexão sobre dados já trabalhados, mas redimensionados, numa nova perspectiva. Na verdade, trata-se de uma primeira abordagem. A participação feminina na economia foi equacionada, através de um esforço acrescido, perante o défice de informação registado na globalidade da documentação. Às mulheres foi dada uma menor visibilidade na economia, relativamente ao espaço mais definido para o masculino.

Para além dos documentos notariais, outras séries documentais vão revelando, de forma discreta, a forma como se desenvolveu a actividade de mulheres na vida económica. Foram utilizados o *Anuário Comercial de Portugal*<sup>2</sup>, a imprensa local e, forçosamente, os Inquéritos feitos ao estado da economia, principalmente, dirigidos à indústria<sup>3</sup>. Os levantamentos oficiais a que se procedeu, com início em 1837, revelaram um conjunto de informação, de significado mais promissor do que aquele que

---

<sup>1</sup> Alda Mourão Filipe, *A formação do tecido empresarial da área económica de Leiria, 1836-1914*, dissertação de doutoramento apresentada á Faculdade de Letras da Univ. Coimbra, policopiada, 2001.

<sup>2</sup> *Anuário Comercial de Portugal*, Empresa Nacional de Publicidade, Lisboa, anos 1902-1914.

<sup>3</sup> Referimo-nos aos *Inquéritos Industriais* de 1881 e de 1890, mas também outros levantamentos que se iniciam em 1837 e se prolongam até 1842. Sobre o espaço considerado há ainda: D. António Costa Sousa Macedo, *Estatística do Districto Administrativo de Leiria*, 1855; G. Magalhães Colaço, *Informações para a Estatística Industrial dos Districtos de Leiria e Funchal*, 1862.

objectivamente revelou. No entanto, permitem o acesso a informação que manifesta coerência interna.

O *Anuário Comercial* propunha-se fornecer ampla informação, relativa à vida económica, social, administrativa e cultural do país, concelho a concelho. Dentro destes, descia-se ao nível da freguesia o que, como princípio, apontava para um largo conhecimento da evolução, ao nível local. Mas a análise mais detalhada dos dados, apontam para uma repetição frequente das informações transmitidas. Nem sempre se procedeu a uma actualização de dados, anualmente. Não deixa, por isto, de constituir uma excelente fonte. À função e ao cargo desempenhado, acrescia o nome do indivíduo que o exercia, permitindo, apesar dos considerandos anteriores, perspectivar a longevidade da sua permanência.

A imprensa local não esteve particularmente atenta ao empresariado, no seu conjunto, e à intervenção feminina neste domínio, em particular. Reflectia, sem dúvida, um reconhecimento ainda em construção, tal como ocorria na sociedade.

Apesar dos condicionalismos referidos, que nos levaram a partir de uma situação inicial de aparente ausência de notoriedade, acompanhámos as mulheres a revelarem as formas como intervieram no mundo da economia.

## **Significado de ser empresário**

Em 1834, Ferreira Borges demonstrou a grande influência de Say ao escrever as *Instituições de Economia Política*. Dedicou um capítulo, o XII, ao lucro do empresário. Sancionava a sua legitimidade, fundamentada no trabalho, no risco e no capital investido. Deste último decorre a diferença de lucros auferidos, quando considerados dois empresários do mesmo ramo e que executam o mesmo trabalho<sup>4</sup>. A pacificação liberal parecia apadrinhar a mudança de valores que ganhavam ideólogos e expressão escrita. Pouco tempo depois, em 1838, Oliveira Marreca publicava as *Noções Elementares d'Economia Política*. Desdobrava as tarefas dos agentes produtivos em concepção, em aplicação e em execução. Ao empresário cabia, em exclusivo, esta

---

<sup>4</sup> Cfr. J. Ferreira Borges, *Instituições de Economia Política*., artº. 508, p. 135.

última, definida como função directiva sobre máquinas e operários<sup>5</sup>. Excepcionalmente, podia na mesma pessoa conviver o sábio, o empresário e o operário. Engrandecia-se a personagem pelo papel que desempenhava no desenvolvimento produtivo do país. Reconheceu-o (1838: 91-92) com atributos plurifacetados, definindo-o como indivíduo que concebe o completo estabelecimento duma fábrica, mas detendo conhecimentos sobre a forma de produção, dos elementos a que recorrer, quer técnicos, quer científicos, quer humanos, sem esquecer a profissão de custos. A sua personalidade profissional aperfeiçoava-se pelos riscos que corria. Daí o ter outras capacidades acrescidas: discernimento, perseverança e prudência. Era, nestes termos, um eleito da sociedade.

Já na década de 1880, concretizadas algumas das promessas regeneradoras, o país assistia, tardiamente, à industrialização, entendida como causa e efeito da evolução de toda a economia. A experiência e a realidade vivida já haviam proporcionado o aperfeiçoamento teórico do que, internamente, era a actividade empresarial. Os dicionários, de então, reflectiam a imagem consensual do que era ser empresário. Era-lhe conferida a acção de “emprehender”<sup>6</sup>. O sentido deste acto integrava o anterior postulado de Oliveira Marreca, quando o definia como “resolver-se a praticar, [...] tentar, delinear”. Isto é, ao empresário, empreendedor, cabiam funções de concepção, aplicação e execução. Simultaneamente, era encarado pela sua faceta de ser dinâmico, apostar no risco e na inovação, pois eram características do empreendedor o fazerem “animosamente coisa difíceis”, sendo encarado como o “que traça empresas novas”<sup>7</sup>. Por 1887, Manuel de Almeida, no seu *Compendio de Economia Política*, não utilizou ainda a designação de empresário. Manteve o termo “empreendedor”, atribuindo-lhe um significado próximo do utilizado na linguagem vulgar e que os dicionários transmitiam. Definia-o como “o que faz a aplicação dos conhecimentos e luzes, que tem adquirido afim de crear um producto que sirva para o vosso uso”<sup>8</sup>. De forma mais académica, era clara a identificação que fazia entre empreendedor e empresário. Redimensionava as suas funções, através de uma formação profissional, por via da experiência ou da escola. Passava a ser um utilizador de saberes, colocados ao serviço do colectivo. Ia mais longe,

---

<sup>5</sup> Cfr. Oliveira Marreca, *Noções Elementares d’Economia Política.*, p. 18-21.

<sup>6</sup> A totalidade destas obras que consultámos apontavam unanimemente para esta acção. *Vide*, por ex., *Dic. Contemporaneo de Lingua Portuguesa*, dir. António L. Santos Valente, 1881, vol. I, p. 594.

<sup>7</sup> *Ibidem*.

<sup>8</sup> Manuel de Almeida “Compendio de Economia Política”, *O Instituto*, vol. 34, 1887, p. 176.

pois enunciava algumas das qualidades morais que deviam estar presentes na pessoa de um qualquer empresário. Assim, “ter juízo, constancia, conhecimento dos homens e das cousas...”<sup>9</sup>, constituíam uma parte dos atributos exigíveis. Para além destes, e para poderem criar empresas de sucesso, era necessário saber avaliar as necessidades do mercado, adquirir matérias-primas e recrutar mão-de-obra. Em suma, para ter “o talento de administrar”, era também necessário prever formas de distribuição.

Estávamos perante o traço do perfil do empresário moderno que encontrava na Inglaterra o paradigma de referência. Este era o país onde a flexibilidade da produção era a via do grande sucesso. O empresário inglês tinha a grande capacidade de avaliar a sensibilidade dos mercados e adaptar-se às suas exigências<sup>10</sup>. Admitia as dificuldades inerentes ao desenvolvimento da actividade empresarial, tal como a perspectivava. Daí que, partindo do conjunto de capacidades equacionadas, entendesse que “como tal reuniam não é muito trivial, isto limita também o número de empreendedores”<sup>11</sup>. Filtravam-se os mais hábeis e talentosos, porque só eles, de facto, eram empresários. Viviam-se os últimos anos do séc. XIX e as experiências empresariais já tinham produzido algumas figuras modelares, que abriam caminho a uma nova concepção de empresa, entendida como uma organização cada vez mais complexa. Nela, o empresário era também o agente de intervenção social portador de uma carga, frequentemente, negativa<sup>12</sup>. Ele era a face do explorador. Assim o entendeu o marxismo e, de um modo geral, toda a imprensa operário portuguesa que não lhe conferiram o estatuto de potencial agente do desenvolvimento e da melhoria de condições dos mais pobres. Imbuído desta mesma ideologia, o *Almanach do Trinta*, de 1880, retratava o empresário industrial “bipede endinheirado, um millionario”<sup>13</sup>. Como “explorador de carne humana, velhos e novos, homens, mulheres e crianças, porque todos eles servem à sórdida avareza”, para além dos benefícios que podiam recolher, nada mais o preocupava. Esta

---

<sup>9</sup> *Idem*, p. 176-177.

<sup>10</sup> *Idem*, p. 178.

<sup>11</sup> *Idem*, p. 177.

<sup>12</sup> Schumpeter, em 1912, irá integrar na teoria económica a figura do empresário. Capaz de introduzir inovações tecnológicas e organizativas no sistema produtivo, nada o assemelha a este traçado tão malévolos. Pelo contrário, na opinião de José Garcia Ruiz (*Historia Economica de la empresa moderna.*, p. 16) é um “empresário romântico” que, por isto mesmo, não sobrevive ao capitalismo do séc. XX.

<sup>13</sup> *Almanach do Trinta*, nº 1, Typographia Popular, Lisboa, 1880, p. 120-121.

perspectiva afastava-se substancialmente do que os economistas políticos entendiam como adequado a um agente da transformação económica. A falta de escrúpulos, para atingir objectivos puramente materiais, contrariava a visão do profissional estimado e acarinhado, a quem a comunidade se devia mostrar grata.

O percurso do empresário iniciou-se com uma dupla função: patrão/proprietário. Enquanto, lentamente, a empresa evoluía para formas em que era notório o desfasamento entre um e outro dos estatutos, mantinha-se, no entanto, a permanência do modelo primitivo. Neste, não raramente, integrava-se uma terceira função: a do operário. O controlo era total. Empresa e empresário evoluem em simultâneo. A relação tradicionalmente estabelecida entre ambos foi quebrada, em muitas situações. O controlo partilhou-se. Por vezes, alienou-se completamente. Nascia um novo tipo de empresário, que Chandler (1994: 9) designará por *salaried managers*, também identificados pela sua função principal, a tomada de decisões, os *decision-makers*<sup>14</sup>. O percurso fora apoiado numa formação específica, académica. Peter Drucker (1997: 29-30) equacionou a eficácia da actividade empresarial, em função da mudança de valores e de atitudes, da criação de novas instituições e da introdução de alterações ao próprio ensino. Em cenários diferentes, tudo isto esteve já presente no final do séc. XIX, inícios do seguinte, como no período pós-Segunda Grande Guerra Mundial.

Contextos económicos, sociais, políticos, ideológicos, culturais distintos definem fases da evolução do perfil do empresário e da empresa, também eles diversos. A sua forte integração na sociedade impulsiona toda esta dinâmica da mudança. Retomando F. Perroux (1967: 685), diremos que “se o conceito de empresário se foi definindo a custo, foi porque a realidade por ele designada se transformava rapidamente”.

## **A intervenção feminina consentida**

---

<sup>14</sup> A função dos “empresários assalariados” parece ter estado no espírito de Ferreira Borges quando, em 1834, previu a existência de um administrador em quem o proprietário delegava a inspecção e direcção da empresa (*op. cit.*, cap. XII, ponto 491, p. 133).

Em meados do século XIX, a opinião bem fundamentada de D. António da Costa Macedo, sobre o distrito de Leiria, era registada nos seguintes termos: “Apenas na fabrica da Marinha Grande trabalham 21 mulheres, 10 nas de papel, sendo 4 na de Porto de Moz, e 6 na de Alcobaça, e 1 na de lanifícios de Leiria; quer dizer a proporção fabril dos sexos é de 1 para 14 do sexo feminino para o masculino, e de 1 para 3 na industria agricola”<sup>15</sup>. Se considerarmos que esta reduzida aproximação à vida económica, com excepção do verificado na agricultura, retirava às mulheres a possibilidade de a conhecerem de perto, rapidamente concluiremos da falta de motivações para instalarem o seu próprio empreendimento. Isto é, não tinham uma experiência, um contacto, que lhes permitisse o conhecimento de uma outra actividade.

Deste “retrato” inicial, partimos para o conhecimento das mulheres que, na realidade, sobressaíam do conjunto.

A partir de um número muito reduzido de registos publicados nos periódicos locais (22, em 3047 registados), em que a mulher era apresentada como líder de uma empresa, destacou-se a sua participação no sector comercial, principalmente desenvolvido em Leiria (54,5% da totalidade da informação recolhida).

Às tradicionais mercearias, tabernas e lojas de ferragens, acrescia uma livraria. Maria José Santos, em 1854, era a inovadora proprietária de uma livraria na cidade de Leiria, de que não mais se ouviu falar <sup>16</sup>. Tinha sido uma decisão precoce, quanto ao segmento de mercado urbano que procurava satisfazer, ainda numa fase muito inicial da sua formação.

Apesar de lacunares, os inquéritos à indústria não deixaram de fornecer informação relevante, no que respeita ao exercício de profissões, praticadas por mulheres. Assim, entre profissões exercidas por conta de outrem (como as trabalhadoras, empalhadeiras, escolhedoras de barro, entre outras) e as que desenvolviam sob a sua própria responsabilidade empresarial, tudo parece ser relevante, enquanto registo de uma participação que, por outras vias, poderemos complementar.

---

<sup>15</sup> D. António C. S. Macedo, *Estatística do Districto de Leiria*, 1855, p.92.

<sup>16</sup> *O Leiriense*, 1 de Julho de 1854.

Registava-se a forte atracção pelo trabalho no tear, na sequência da tradição praticada no espaço doméstico.

**Quadro 1 - Distribuição de profissões exercidas por mulheres, 1837-1890**

Função	Alcobaça	Batalha	Leiria	Pombal	Porto Mós	Total
assedadeira			1			1
carvoeira			1			1
costureira	3	1	3	2	1	10
curtidora			1			1
empalhadeira			2			2
escolhedoras de barro			1			1
fogueteira					1	1
lavadeiras de vidro			1			1
linheira			2			2
modista			1			1
moleira			1			1
oleiro/forneiro			1			1
operária	2		1		1	4
operária de composição			1			1
padeira		1	1			2
peixoteira	1					1
proprietária			2		3	5
mestre		1				1
relojeira			1			1
serralheira			1			1
tecedeira	8	3	23	8	10	52
tintureira			1			1
trabalhadora			1			1
trabalhadora de enxada	17	2	23	12	10	64
vidreira			1			1
<b>Total</b>	<b>31</b>	<b>8</b>	<b>71</b>	<b>22</b>	<b>26</b>	<b>158</b>

**Fonte:** *Inquéritos Industriais 1881 e 1890, Informações para a Estatística Industrial...* (1862), *Mappas com a relação das fábricas...* (1837)

A não distinção entre a amplitude das áreas produtivas, onde se registava a actividade das tecedeiras (52, representando 33% da totalidade da participação feminina), impede perspectivar a dimensão dos empreendimentos em que participavam. Colaboradoras de distribuição de serviço ao domicílio, mestres fabris, proprietárias do seu próprio negócio? Não o sabemos. Mas podemos afirmar que estiveram presentes em toda a área económica, com um maior peso no concelho de Leiria, onde a empresa fabril têxtil não conheceu a amplitude suficiente para abastecer o mercado local.

A partir de 1862, a costureira passa a ter reconhecimento profissional. Foi registado no inquérito então publicado, tal como passará a constar nas colunas

publicitárias da imprensa local. Principalmente esta última fonte divulgou a existência de *ateliers* que, com maior peso em Leiria, passaram a oferecer trabalho às elites urbanas. Às elegantes leirienses, através de chapéus e vestidos confeccionados de acordo com a moda, ofereciam os modelos vindos de Lisboa ou de Paris.

À evolução desta actividade não foi estranha, para além do desenvolvimento dos gostos urbanos, a oferta de facilidades de pagamento na aquisição de máquinas de costura. Em 1875, o estabelecimento de ourivesaria e relojoaria, sito no Largo dos Banhos, em Leiria, ofereciam máquinas da marca Pollak e Schmit, garantidas por tempo ilimitado: “Vendem-se a pronto pagamento ou a prestações”<sup>17</sup>. Na semana seguinte, passava a ser publicitada a máquina Singer, ocupando uma liderança, ao nível da publicidade, até 1910. Ia mais longe: a dona de casa podia trabalhar para fora, “pagando [as prestações mensais de 2.000 réis] com o próprio produto, deixando, além disso, um juro de 50%, sem grande trabalho”.

Refinou-se o trabalho e refinou-se, também, a classificação profissional: em 1891, no *Inquérito Industrial*, surgia a modista. Com uma organização de trabalho mais complexa, a que se associava obra mais difícil e requintada, apresentava-se, oficialmente, um patamar superior na confecção de vestuário. Registou-se, de forma previsível, em Leiria.

A feitura de vestidos e chapéus necessitou, a partir de 1895, de ultrapassar os limites da cidade, onde se concentravam modistas e costureiras. Num processo de selecção, pela qualidade do serviço prestado, periódicos de Porto de Mós e de Alcobaça passaram, após 1907, a anunciar os serviços oferecidos nos *ateliers* leirienses<sup>18</sup>. Se os francesismos anunciavam uma maior circulação de ideias, não permitiam obter qualquer outra informação sobre as condições de trabalho oferecidas a um grupo, de que se desconhece a dimensão.

Ao recolher informações relativas ao exercício simultâneo de actividades desempenhadas por ambos os sexos, chegamos aos seguintes resultados:

---

<sup>17</sup> *Leiria Ilustrada*, 18 de Janeiro de 1875.

<sup>18</sup> *Correio de Porto de Mós* e *Noticias de Alcobaça*, respectivamente.

**Quadro 2- Actividades desenvolvidas, por sexo (1902-1914)**

Ano	M/H	Alcobaça	Batalha	Leiria	Marinha Grande	Pederneira	Pombal	Porto Mós	Total
1902	Mulheres	3	5	8	4	4	4	8	<b>36</b>
	Homens	5	22	25	1	20	3	9	<b>85</b>
1905	Mulheres	3	6	16	6	4	4	7	<b>46</b>
	Homens	4	20	23	0	24	13	4	<b>88</b>
1908	Mulheres	1	8	9	6	6	8	6	<b>44</b>
	Homens	1	27	27	0	30	18	1	<b>104</b>
1911	Mulheres	2	5	27	6	44	8	7	<b>99</b>
	Homens	5	19	27	1	152	20	2	<b>226</b>
1914	Mulheres	1	5	64	6	45	10	7	<b>138</b>
	Homens	0	19	93	2	152	30	13	<b>309</b>
<b>Total Mulheres</b>		<b>10</b>	<b>29</b>	<b>124</b>	<b>28</b>	<b>103</b>	<b>34</b>	<b>35</b>	<b>363</b>
<b>Total Homens</b>		<b>15</b>	<b>107</b>	<b>195</b>	<b>4</b>	<b>378</b>	<b>84</b>	<b>29</b>	<b>812</b>

Fonte: *Anuário Comercial*, anos 1902-1914.

A diversidade de considerandos é assinalável: quantitativos de intervenientes (Pederneira), proximidade de valores assumidos por ambos os sexos (Alcobaça, Porto de Mós), aumento progressivo, ao longo dos anos. A Marinha Grande parecia demonstrar, por estes indicadores, uma quase exclusiva actividade desenvolvida por homens: o trabalho do vidro. Daí a sua ausência de outros sectores que, não sendo partilhados, se apresentaram preenchidos por mulheres.

Verificou-se, entre 1902 e 1914, uma participação feminina de 30, 9%.

Relativamente aos registos fornecidos pelos inquéritos industriais, até 1890, e usando do critério da simultaneidade de funções, o valor desceu pouco mais de 4%. Através daquela outra fonte, registara-se 35,2% São duas séries documentais distintas, executadas à luz de diferentes finalidades, que deverão suscitar alguns cuidados, sob o ponto de vista da análise que proporcionam. Apesar de tudo, os valores, mesmo que a cobrir distintos períodos, deverão ser entendidos como complementares de uma mesma realidade: o protagonismo feminino na condução de actividades ligadas ao desenvolvimento económico demonstrava um significado algo inesperado.

Pelas suas características, os anuários forneciam um espectro alargado de profissões desenvolvidas também na área da prestação de serviços. Comunicações, saúde e ensino foram áreas em que, logo a partir de 1902, se registou o desempenho de mulheres. Fazendo uma aproximação para um maior detalhe, damos conta deste desempenho ao mais alto nível, na estação dos Correios e Telégrafo de Porto de Mós. Em 1902, já era dirigida por uma mulher, cargo que ainda ocupava em 1914. Com

excepção da Batalha, em todas as sedes de concelho, no período considerado, se encontravam mulheres como funcionárias das estações dos Correios e Telégrafo, fazendo percursos profissionais da base até ao topo.

No sector da saúde, com excepção da vila de Alcobaça, o que se apresenta como informação questionável, a região beneficiou de profissionais com diplomas de enfermeira ou de parteira, ligadas, quer a hospitais, quer a misericórdias com extensão hospitalar, quer ainda a instituições de solidariedade. A sensibilidade feminina, aliada a uma mão-de-obra abundante e barata, justificaram, por certo, a contratação de serventes e ajudantes, para apoio a este sector.

Este desempenho de funções ligava-se, naturalmente, à evolução que, apesar de lenta, se fazia sentir no acesso do sexo feminino ao ensino. Na região ocupada pelos cinco concelhos em análise, se não dispomos neste momento do número de alunos que frequentavam as escolas públicas, poderemos avançar com o quadro evolutivo do número de professoras que asseguravam a leccionação em salas de escolas primárias femininas: 13, em 1902; 14, em 1905; 13, em 1908; 20, em 1911; 17, em 1914<sup>19</sup>.

É patente o esforço que a República desenvolveu neste sector, apesar das dificuldades que se continuavam a registar no que respeita à dignificação do estatuto do professor<sup>20</sup>.

Continua, a verificar-se uma grande diversidade de actividades desempenhadas no feminino, como demonstra o quadro seguinte:

---

<sup>19</sup> *Anuário Comercial*, anos de 1902, 1905, 1908, 1911 e 1914; concelhos de Alcobaça, Batalha, Leiria, Pombal e Porto de Mós.

<sup>20</sup> *Vide* Alda Filipe, “O ensino primário no distrito de Leiria na Segunda metade do século XIX: contributo para a compreensão de um insucesso”, in *A Acção Educativa: análise psico-social*, Escola Superior de Educação de Leiria, 1990.

**Quadro 3- Distribuição de profissões exercidas por mulheres,1902-1914**

<b>Função</b>	<b>1902</b>	<b>1905</b>	<b>1908</b>	<b>1911</b>	<b>1914</b>	<b>Total</b>
Alimentação	2	1	4	5	8	<b>20</b>
Alojamento	1	1	1	3	4	<b>10</b>
Aluguer carros		1		1	2	<b>4</b>
Aluguer de trens				1		<b>1</b>
Ambulante(comércio)					1	<b>1</b>
Bebidas/vinho				1	1	<b>2</b>
Bens	6	6	4	7	5	<b>28</b>
Bens/alimentação				1	1	<b>2</b>
Calçado					1	<b>1</b>
Correio/Telégrafo	3	4	3	3	2	<b>15</b>
Cuidados				1	1	<b>2</b>
Ensino	7	7	7	7	7	<b>35</b>
Higiene			1	1	1	<b>3</b>
Metais			1			<b>1</b>
Moagem	1					<b>1</b>
Olaria					1	<b>1</b>
Pesca (armação)				1	1	<b>2</b>
Quinquilharias			1	1	1	<b>3</b>
Sal (venda)				1	1	<b>2</b>
Saúde	6	8	4	7	7	<b>32</b>
Serralharia				1		<b>1</b>
Vestuário (confecção)	1	2	1	4	3	<b>11</b>
Vinhos	1	1	1	1	1	<b>5</b>
Vinhos/ alimentação					1	<b>1</b>
<b>Total</b>	<b>28</b>	<b>31</b>	<b>28</b>	<b>47</b>	<b>50</b>	<b>184</b>

**Fonte:** *Anuário Comercial*, anos 1902-1914.

Mas o comércio era, de facto, ainda o grande espaço de presença de mulheres. Permitindo o recato de um espaço junto da própria habitação, mercearias, drogarias, lojas de fazenda ou de ferragens pulverizavam-se pelo espaço urbano. No entanto, a não especialização continuava a dominar, principalmente em lugares de maior pendor rural. A modernização do espaço urbano também passava pela oferta de estabelecimentos especializados num ou em outro produto. Era o caso das fazendas que, principalmente nas sedes de concelho, iam deixando de partilhar lugares de venda com mercearias ou ferragens.

Para além destas áreas de intervenção de cariz fortemente feminino, os dados oficiais não deixaram de assinalar sectores de intervenção onde a mulher protagonizou, obviamente, a sucessão do marido. Referimo-nos à relojoeira e à serralheira, registadas em 1890. A amplitude da empresa que lideravam, implicou o seu registo. Ao ponto de a própria imprensa leiriense se referir, nas colunas dos anúncios, à serralharia da Viúva de

J. Inácio Silva. No que respeita à sua participação na indústria, foram proprietárias, ainda segundo a publicidade, de uma cerâmica, nos Parceiros, e de uma unidade de curtumes, em Amor.

## **A mulher empresária**

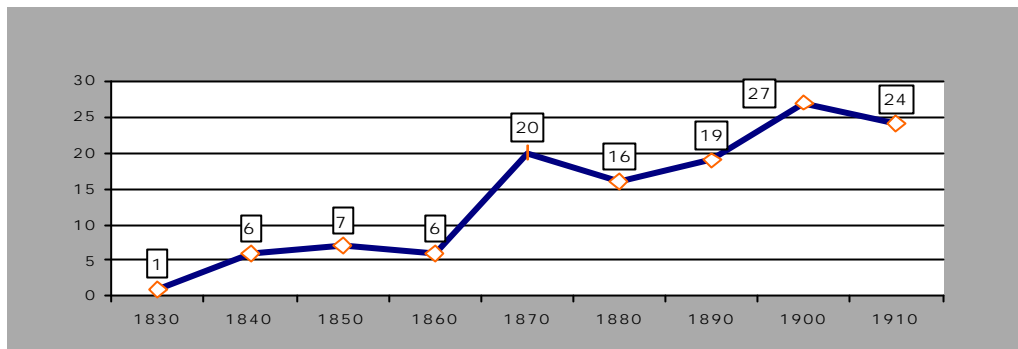
A presença feminina nos escritórios dos notários dos concelhos de Alcobaça, Batalha, Leiria, Pombal e Porto de Mós foi sublinhada por motivações distintas, enquanto interveniente em documentos ligados à vida económica. Algumas vezes como protagonista do acto, ocupando um primeiro lugar na listagem dos presentes; outras vezes, ainda como protagonista, mas não principal, era ultrapassada por interveniente com maior grau de responsabilidade do que era assumida por ela. Numa e noutra das situações descritas, e que somaram 126 participações, a mulher apresentava-se com individualidade jurídica. Isto é, expressava a sua vontade ao participar na redacção de documentos que traduziam a sua participação numa sociedade, ou na sua dissolução, na compra, venda, arrendamento ou trespasse de um espaço produtivo, na aquisição ou empréstimo de capital, enquanto agente da economia local.

Verificou-se uma terceira forma de participar na elaboração do texto notarial, a mais frequente, mas também a mais passiva. Acompanhava o marido, cumprindo um preceito jurídico, decorrente do regime de casamento. A sua presença só era iluminada pela necessária assinatura do documento. Era a mulher do empresário, de quem, muitas vezes, nem se fazia o registo de nome. Ficava-se pelo ser “mulher de”. Socialmente clarificava o seu estatuto, através de aperfeiçoada caligrafia ou, em casos mais raros, do desenho de uma cruz. Mas a bonita assinatura era a norma, face à qualidade dos presentes e ao lugar ocupado na hierarquia da economia local. Vamos prestar atenção aos dois primeiros grupos referidos, os que, de facto, foram preenchidos por mulheres que, por uma ou outra razão, seguindo um ou outro modelo, se dedicaram à vida empresarial.

Acompanhando a forma como evoluiu a presença feminina na redacção de documentos notariais, relativos a actividades económicas, de que excluímos a agricultura, identifica-se um movimento crescente, iniciado em 1838 e finalizado em

1914. Os valores assumidos pela década de 1910 deverão ser relativizados, pelo facto de só respeitarem o período compreendido por 5 anos (1910-1914).

**Gráfico 1 – Presença feminina no notariado, 1838-1914**



**Fonte:** Livros notariais, 1836-1914

A primeira participação feminina, nestas condições, foi marcada pela Viúva de Inácio Rino, industrial de curtumes, da Rebolaria, no concelho da Batalha. Corria o ano de 1838<sup>21</sup>. Sentindo-se incapaz de continuar à frente do empreendimento do marido, decidiu proceder à sua venda. Para tanto, negociou com dois cunhados, João e Domingos Rino, ambos residentes na Rebolaria. Tudo se tornava mais fácil, uma vez que, por 100\$000 réis, dava-se lugar à transmissão da experiência familiar, na arte de curtir peles.

A última das presenças registadas, em 1914, coube à Viúva de Domingos Silva que, em 30 de Novembro, fez a sublocação da padaria que herdara por morte do marido, A Panificadora, com três balcões abertos na zona baixa da cidade (Bairro dos Anjos, Rua do Liz e Travessa da Paz). Recebeu 3.600\$00 durante os 5 anos da duração do contrato. Valor elevado, que traduzia a grandeza do estabelecimento em causa<sup>22</sup>.

Entre estes extremos, registou-se grande diversidade de actos. Passamos a salientar os que elegemos como de maior significado económico: a constituição de sociedades.

<sup>21</sup> ADL (Arquivo Distrital de Leiria) – Notariado da Batalha, Escritura de venda, 4 de Janeiro de 1838.

<sup>22</sup> ADL- Notariado de Leiria, Escritura de sublocação, 30 de Novembro de 1914.

#### Quadro 4 – Constituição de Sociedades lideradas por mulheres

Década	Empresária	Residência	Ramo	Capital	Local	Concelho
1840	Eugénia A Bacelar	Pombal	botica		Pombal	Pombal
1850	Maria Dores Mesquita	Famalicão	fazendas/mercearia	100000	Famalicão	Nazaré
1850	D.Barbara C. Crespo	Leiria	curtumes		Landal	Óbidos
1870	Maria Justina Marques	Porto Mós	mercearia	331826	Porto Mós	Porto Mós
1870	Doroteia C S Bastos	Pombal	fazendas/mercearia	1649626	Pombal	Pombal
1870	Carolina A L Jacobety	Alcobaça	fazendas	24241500	Leiria	Leiria
1880	V <sup>a</sup> de José Marques	Reichida	destilação		Reichida	Leiria
1880	Inácia J. Barata	Leiria	alquilaria		L <sup>a</sup> /Chão Maças	Leiria
1910	V <sup>a</sup> de Gil S Manco	Sítio	fazendas/mercearia	1440000	Sítio	Alcobaça

**Fonte:** Livros notariais, 1836-1914.

Num total de nove sociedades, seis delas dizem respeito ao sector comercial, através de actividades a desenvolver em estabelecimentos de venda de mercearia e fazendas, bem como numa botica, em Pombal. Concretiza-se, assim, todo um conjunto de informações que, parceladamente, apontavam para uma maior presença feminina no sector do comércio. A primeira data de 1853, teve a sua sede em Famalicão, na freguesia da Nazaré, então concelho de Alcobaça<sup>23</sup>. Estipulava-se uma duração de 4 anos e o capital social era de 100\$000 réis<sup>24</sup>.

Passados 60 anos, em 1913, nesta mesma freguesia, mas no Sítio, foi constituída uma outra sociedade, para o mesmo ramo de actividade, agora com o capital de 1.440\$00<sup>25</sup>. Relativamente aos valores investidos, no conjunto dos cinco concelhos estudados, trata-se de uma soma modesta aquela que foi apresentada pela Viúva de Gil Manco e por Júlia Santos<sup>26</sup>. Selavam, desta forma, a vizinhança que partilhavam desde sempre. Nascidas e criadas no Sítio, encontraram no estabelecimento legado por Gil Manco à viúva, uma forma de iniciarem um novo capítulo nas suas vidas.

<sup>23</sup> ADL – Notariado da Nazaré, Escritura de constituição de sociedade, 3 de Outubro de 1853.

<sup>24</sup> No conjunto do investimento feito na área económica de Leiria, este era um valor que se situava entre o escalão mais baixo e que foi encontrado no sector comercial. Cfr. Alda M. Filipe, *A formação...*, p.140-144.

<sup>25</sup> Continua a situar-se entre os escalões mais baixos, no conjunto do capital investido no comércio. *Idem*.

<sup>26</sup> ADL – Notariado da Nazaré, Escritura de constituição de sociedade, 14 de Janeiro de 1913.

No sector terciário há ainda a registar a dispersão dos actos por Pombal e por Porto de Mós. Destas últimas iniciativas, apontar-se-á, tão-somente, o valor do capital investido, nos anos de 1870: a dimensão do mercado a abastecer poderá justificar 331.826 réis, em Porto de Mós, contra 1.649\$629 réis, em Pombal<sup>27</sup>.

Paralelamente, registou-se também a morte de algumas empresas lideradas por mulheres. No conjunto da área económica de Leiria, haviam-se registado 49 dissoluções de sociedades, formalizadas por escritura notarial, contra as 218 que, pela mesma figura, haviam sido criadas<sup>28</sup>.

Para as nove sociedades constituídas por mulheres, ocorreram quatro dissoluções de que este fundo documental deu conta: a de um estabelecimento de fancaria, sito no Largo de D. Luís I, em Leiria, e de uma botica, em Pombal; em Alcobaça, deu-se por finda a produção de cal, enquanto, na Azóia, o mesmo acontecia à Adega Social, que se dedicara, até então, à destilação de aguardentes. Repetia-se, neste último caso<sup>29</sup>, o que já se verificara outras vezes: a viúva do Dr. José Lopes Vieira não manifestava interesse em continuar a actividade iniciada pelo marido, em 1905<sup>30</sup>.

No conjunto de 73 mulheres empresárias presentes nos documentos notariais, foram identificadas 49 viúvas, continuadoras de empresas anteriormente exploradas pelos maridos. Coube-lhes, maioritariamente, dar continuidade às actividades desenvolvidas em estabelecimentos comerciais.

Mercearias, lojas de ferragem, drogarias e tabernas constituíram unidades económicas lideradas por 55,1% das viúvas que se esforçaram por manter e desenvolver actividades legadas dos seus maridos.

Para além do sector comercial, também lideraram empresas ligadas a serviços. Referimos, especificamente, unidades hoteleiras e de transporte. Na Nazaré, um número considerável, que cresce entre 1908 e 1914, dedicou-se, neste estado civil, a uma actividade própria de uma estância balnear: banheira. Começaram por ser 5 mulheres,

---

<sup>27</sup> ADL – Notarial de Porto de Mós e de Pombal, 23 de Fevereiro de 1874 e 18 de Setembro de 1876, respectivamente.

<sup>28</sup> Cfr. Alda M. Filipe, *A formação...*, p.295-303.

<sup>29</sup> ADL – Notariado de Leiria, Escritura de dissolução de sociedade, 1 de Julho de 1908.

<sup>30</sup> O Dr. José Lopes Vieira formara a sociedade com António S. Lopes, com um investimento de 10.000\$000 réis (ADL- Notariado de Leiria, escritura de constituição de sociedade, 3 de Julho de 1905).

em 1908, a estar à frente destas empresas, que pensamos de carácter sazonal, licenciadas pela edilidade. Em 1914, já eram 11 as viúvas que ofereciam os seus serviços a quem procurava esta praia. Indicia-se, claramente, um crescendo na prática de “ir a banhos”, que entra nos hábitos das elites burguesas.

Este crescimento na afluência de banhistas reforça-se pelos quantitativos de homens que também exercem a função, neste mesmo ano de 1914: 45. O elevado número de viúvas a exercer uma actividade de ar livre, de contornos empresariais peculiares, se não mesmo primários, apontam para o também elevado número de sinistros ocorridos entre os pescadores e a ausência de meios para colmatar as perdas de vida. Não sendo actividade transmissível à viúva, havia que recorrer a outras tarefas decorrentes da experiência de contacto com o mar. As duas viúvas registadas nesta mesma localidade, em 1911 e em 1914, como proprietárias de redes de arrasto, constituíam-se como excepções em que a regra foi a completa ausência de legado.

Na área económica de Leiria, o sector industrial representou 27,9% do total das actividades intervenientes em actos notariais<sup>31</sup>. Daí que a transmissão de empresas industriais à mulher que ficava viúva representasse um baixo valor, segundo a informação transmitida pelos anuários: 2 padarias ( em Porto de Mós e na Nazaré) e 2 serralharias. Estas últimas surgiam com o nome de firma Viúva de Inácio José da Silva & Filhos, estava sediada em Leiria, em 1908; e Viúva & Filhos de António Sousa Romão, instalada na Nazaré, em 1911. A primeira ainda se mantém em 1916, num levantamento de empresas da região, então levado a efeito<sup>32</sup>. Ambas as empresas vinham a ser registadas, nos anos anteriores, em nome dos homens, agora falecidos. Em sua memória, cabia à mulher, através do nome de firma, perpetuar o seu nome, numa situação de subalternidade, a que associavam os filhos.

Estas duas empresas são o pretexto para tecer um conjunto de considerações sobre as responsabilidades atribuídas às viúvas, transformadas, por força das circunstâncias, em mulheres empresárias. Caber-lhes-á a responsabilidade de não deixar perder o capital investido pelo marido, fazendo-o chegar na íntegra, se não acrescido, aos filhos. Era-lhes mesmo imputado um lugar de charneira entre uma e outra geração.

---

<sup>31</sup> Cfr. Alda M. Filipe, *A formação...*, p.298-303.

<sup>32</sup> Referimos o *Guia do Viajante a Leiria*, Tip. Leiriense, 1916.

O seu papel era acrescido como criadora de novos empresários, na pessoa dos jovens herdeiros.

Mas nem sempre a viúva levou a bom termo os propósitos e a responsabilidade que assumia. A adversidade surgia principalmente quando a empresa lhe era passada já envenenada por uma situação económica menos desafogada. Acompanhámos o esforço feito pela Viúva de Ernesto Henriques para manter o estabelecimento comercial, ligado às ferragens, que lhe ficara do marido. Não conseguiu transmitir ao filho a empresa iniciada pelo pai, sendo definitivamente condenada por um processo de falência.

Destacamos, ainda, uma empresa criada no cenário de morte do anterior proprietário. Trata-se da firma Viúva Gonçalves & Filhas. Em 1911, surgiu com a mesma designação, a explorar uma empresa de transportes e, também, um hotel, na cidade de Leiria. Nos anos anteriores, registara-se a actividade de Manuel Gonçalves nos sectores dos transportes e da hotelaria. Por sua morte, mulher e filhas propõem-se dar continuidade aos estabelecimentos. Nasceu, então, uma situação única nos registos empresariais da região leiriense, entre 1836 e 1914: o controlo passou exclusivamente para o domínio feminino. Outras situações haviam sido registadas, aquando da ausência de filhos: a empresa passava, exclusivamente, para a viúva. Alargá-la a uma esfera integradora de filhos, estritamente composta por mulheres, criou uma empresa única, no universo leiriense.

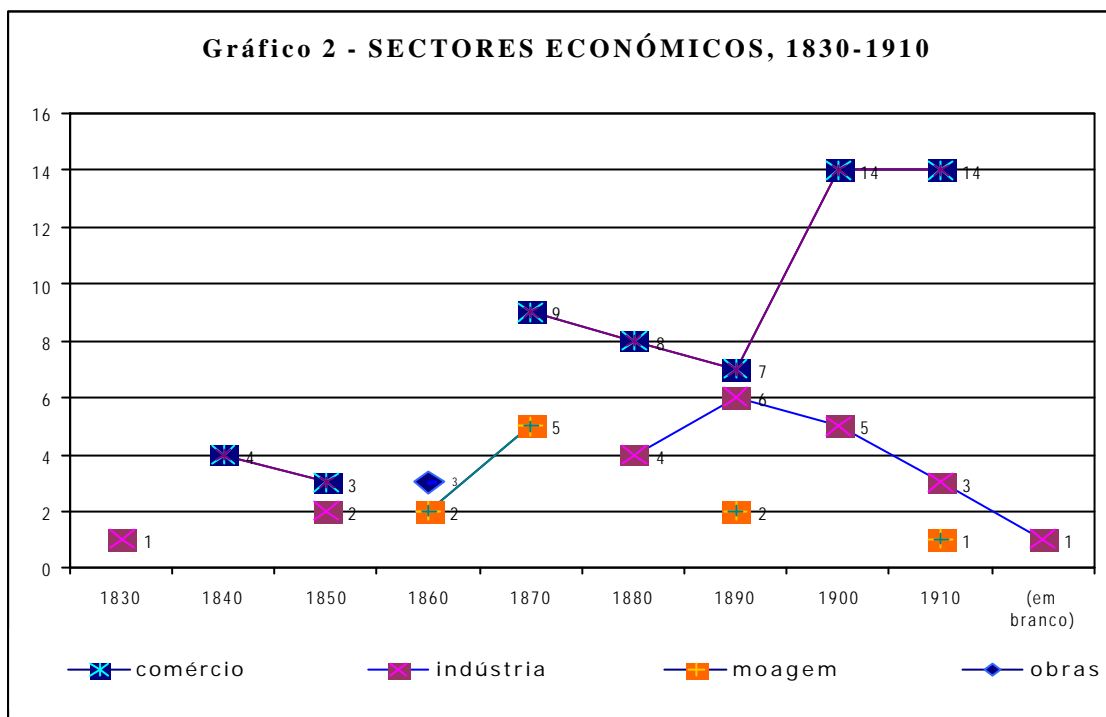
Em síntese, verificou-se que as estratégias desenvolvidas pelas “mulheres de empresários”, após a morte destes, se revelaram adaptáveis às novas condições de vida a enfrentar como viúvas. Muitas transmitiram o desafogo económico necessário à vivência da serenidade do lar. Outras, pelo contrário, necessitaram de encontrar alternativas no espaço público, desenvolvendo actividades que haviam ocupado os maridos e que, agora, se esperava que continuassem a corresponder às suas necessidades.

Considerando a totalidade do tecido empresarial, já foi referido que o peso do sector industrial, em toda a área económica de Leiria, se cifrou em 27,9%, entre 1836 e 1914. Nesta perspectiva, o comércio liderava com 37,3%<sup>33</sup>. O **Gráfico 2** permite acompanhar a forma como a intervenção empresarial feminina se manifestou neste

---

<sup>33</sup> Vide nota 31.: *Idem*.

mesmo período, exactamente verificando-se os valores assumidos nos diferentes sectores.



.Maioritariamente presentes no comércio, as mulheres tiveram intervenção nos restantes sectores económicos. A forma como se apresentou distribuída essa presença, acompanha perfeitamente o que se registara para a totalidade da vida empresarial.

O conjunto dos dados aponta para a escassez da formalização da presença feminina, entre os responsáveis pelo desenvolvimento económico da região estudada. Mas a realidade não pode ser interpretada através desta falsa “objectividade” fornecida pelos números. O sistemático acompanhamento das mulheres aos pais e maridos, aquando da redacção de textos notariais, por exemplo, apontava para uma presença discreta que deixava o protagonismo empresarial exclusivamente para os homens. Isto é, mesmo quando partilhava a mesma actividade, a sua presença ficava na sombra. Assim aconteceu quando, em 1908, José Cassiano formalizou uma escritura antenupcial com Ana da Conceição, sendo ambos padeiros<sup>34</sup>. Desenvolviam a sua actividade na cidade de Leiria e começavam uma nova vida a dois definindo o que, até então, fora

<sup>34</sup>ADL - Notariado de Leiria, Livro 11F - 28, fl. 8v. Escritura de 30 de Maio de 1905.

construção do labor de um e de outro. Casavam sob o regime de comunhão de adquiridos. Os motivos eram óbvios: a nubente era uma mãe-solteira de dois filhos que não trazia bens para o matrimónio. O noivo, também solteiro, apresentava uma fortuna de 2020\$000 réis, constituída por utensílios de padaria, mobiliário de casa, roupas, jóias e dinheiro. Era um bom partido, com casa posta e herdeiro de bens de família, como se afigura pelas peças femininas de ouro e prata de que era senhor. A partir deste momento, o *Anuário Comercial de Portugal* passou a identificar, entre os padeiros do concelho de Leiria, exclusivamente José Cassiano. Ana da Conceição passou a ocupar um lugar sem visibilidade empresarial, entre os seus iguais

## Conclusão

Numa síntese final, poder-se-á concluir que os levantamentos efectuados entre 1836 e 1914 mostraram a participação feminina no mundo do trabalho, nos mesmos sectores que partilhavam com homens, a situar-se em cerca de 32%<sup>35</sup>. É um valor significativo, apesar de decorrer da aplicação de diferentes critérios estatísticos e mesmo conceptuais<sup>36</sup>. É, ainda, um valor que não deve ser entendido por excesso. A partilha de funções empresariais, numa acepção alargada, foi atribuída ao homem, mas encobrindo uma importante participação feminina. A sua vida pessoal e produtiva era determinada, frequentemente, pelos maridos, pais ou irmãos, que controlavam os meios de produção e as economias familiares.

O seu papel, enquanto parte da estratégia para criação de capital a investir, não transparece de forma objectiva. A ausência de qualquer informação no que respeita à gestão do dote com que entra no casamento, não permite perspectivar a sua participação na empresa já existente ou criada posteriormente. Na realidade, a mistura entre bens da família e bens da empresa já fora uma constatação verificada na contabilidade das empresas da área económica de Leiria..

Chegou-nos a sua participação, seguida do seu completo silenciamento, nos

---

<sup>35</sup> São indicados, exclusivamente, os valores registados nos ramos em que participaram ambos os sexos.

<sup>36</sup> Vide, sobre este assunto, no que respeita aos *inquéritos Industriais*, Alda Filipe, *A formação do tecido empresarial na área económica de Leiria, 1836-1914*, principalmente p.277-284.

acórdãos em que um irmão passou a liderar a empresa familiar. Conhecemos o seu apagamento, enquanto figura activa num ou noutro sector económico, após o casamento com empresário do mesmo sector. Assistimos à sua presença junto do marido, para cumprimento da obrigatoriedade legal, aquando da redacção de documentos notariais.

Deparámos com o afastamento de mulheres de estratos sociais mais elevados, entre as empresárias que conhecemos. As tarefas do lar no feminino ainda dominavam o ideal para ambos os sexos. Pais, irmãos ou maridos pareciam manter uma protecção sobre as mulheres à sua responsabilidade, não lhes facultando as experiências proporcionadas aos homens, mesmo enquanto jovens.

Afinal, cumpria-se aqui uma tradição vivida também em outros países da Europa.

Das mulheres presentes na vida económica, muitas foram-no por morte do marido. Era-lhes confiada a empresa que deveria ser transmitida aos filhos ou a que se tornava como legado que lhes proporcionaria a sobrevivência. Num ou noutro papel, eram as “continuadoras”

Mas aos poucos, foram-se definindo, também, áreas de intervenção maioritariamente desempenhadas por mulheres. No quadro de algumas destas profissões, como a de enfermeira, de parteira ou de professora, eram exigidas habilitações que ultrapassavam a escolaridade primária. Mais ainda: foram áreas de intervenção em que o estado de viuvez não teve qualquer significado, ao contrário do que se verificava em outros sectores.

Se entre o conjunto dos empresários leirienses, a escolaridade e a especialização não eram regra, mas excepção, as mesmas carências eram sentidas, necessariamente, pelas mulheres que entravam no mundo do negócio. Afinal, também em outros países da Europa se equacionava a mesma carência<sup>37</sup>.

Um contacto com este mundo podia significar uma opção de vida. Era nesta aproximação mundo empresarial que se podia ditar um descobrir de aptidões, a desenvolver pela experiência.

Como qualquer empresário fracassaram ou tiveram sucesso, face às conjunturas atravessadas, como também ao espírito empreendedor que possuíam.

---

<sup>37</sup> Pedro Fatjó Gomez refere-a nos seguintes termos: “ los dos problemas crónicos de las empresas británicas: las relaciones laborales y el déficit educativo” [até 1918] (García Ruiz, José Luis (coord.) *Historia de la empresa mundial y de España*, Editorial Síntesis, Madrid, 1998, p.72 ).

**FONTES :**

- Anuário Comercial de Portugal*, Empresa de Publicidade, Lisboa. Anos de 1902, 1905, 1908, 1911 e 1914; concelhos de Alcobaça, Batalha, Leiria, Pombal e Porto de Mós.
- COLAÇO, Gregório Magalhães - *Informações para a Estatística Industrial dos Districtos de Leiria e Funchal*, Repartição de Pesos e Medidas, Imprensa Nacional, Lisboa, 1862.
- Inquérito Industrial*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1881- 1882.
- Inquérito Industrial*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1891.
- Livros Notariais - concelhos de Alcobaça, Batalha, Leiria, Pombal e Porto de Mós; anos de 1836-1914 (Arquivo Distrital de Leiria).
- MACEDO, D. António Costa Sousa - *Estatística do Districto Administrativo de Leiria*, Tipografia Leiriense, Leiria, 1855.
- Mappas com a relação das fabricas do Districto de Leiria, ate ao primeiro de Janeiro de 1837 (Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas – Ministério do Reino)

**Periódicos locais:**

- Concelho da Nazareth (O)* (Nazaré:1918)
- Correio da Nazareth* (Nazaré: 1900)
- Correio de Leiria* (Leiria: 1895-1900)
- Correio de Porto de Moz* (Porto de Mós: 1909-1911)
- Correspondencia de Leiria* (Leiria: 1874-1877)
- Defesa (A)* (Pombal:1907-1912)
- Distrito de Leiria (O)* (Leiria: 1899-1910)
- Echos do Liz* (Leiria: 1907-1910)
- Imparcial (O)* (Pombal: 1909-1914)
- Leiria Ilustrada* (Leiria: 1905-1916)
- Leiriense (O)* (Leiria: 1854-1867; 1898-1899; 1904; 1907-1915)
- Liz* (Leiria: 1913)
- Liz (O)* (Leiria: 1856-1857)
- Noticias de Alcobaça* (Alcobaça: 1899-1914)
- Portomosense (O)* (Porto de Mós: 1899; 1904-1905)
- Semana Alcobacense* (Alcobaça: 1890-1914)

**BIBLIOGRAFIA:**

- ALMEIDA, Ana Nunes de *et al.* - “Territórios, empresários e empresas: entender as condições sociais da empresarialidade”, *Análise Social*, vol. XXIX (125-126), 1994, p.55-79.
- BORGES, J. Ferreira - *Instituições de Economia Política*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1834.
- CHANDLER, Alfred D. – *Scale and scope. The dynamics of the industrialcapitalism*, The Belknap Press of Harvard University Press, 1994.
- CORDEIRO, J.M. Lopes - “Empresas e empresários portuenses da segunda metade do século XIX”, *Análise Social*, vol. XXXI, (136-137), 1996, p.313-342.
- DRUCKER, Peter F. – *Inovação e Gestão*, 4ª edição, Editorial Presença, Lisboa, 1997.
- FILIFE, Alda Mourão - “O ensino primário no distrito de Leiria na Segunda metade do século XIX: contributo para a compreensão de um insucesso”, in *A Acção Educativa: análise psico-social*, Escola Superior de Educação de Leiria, 1990.
- FILIFE, Alda Mourão - *A formação do tecido empresarial da área económica de Leiria, 1836-1914*, dissertação de doutoramento apresentada á Faculdade de Letras da Univ. Coimbra, policopiada, 2001.
- GARCIA RUIZ, José Luis - *Historia Economica de la empresa moderna*, Editora Istmo, Madrid, 1994.
- GARCIA RUIZ, José Luis (coord.) *Historia de la empresa mundial y de España*, Editorial Sintesis, Madrid, 1998.
- GUERREIRO, Maria das Dores – *Famílias na actividade empresarial: PME em Portugal*, Celta Editora, Lisboa, 1996.

- MARRECA, A.Oliveira - *Noções Elementares d'Economia Política*, Tip. Largo do Contador-Mor, Lisboa, 1838.
- MENDES, J. M. Amado - "Sucesso e inovação no mundo empresarial. Perspectiva histórica", *Gestão e Desenvolvimento*, nº 4, Universidade Católica Portuguesa, Centro Regional das Beiras, Pólo de Viseu, 1995, p.41-57.
- PERROUX, François – *A Economia do século XX*, col. "Temas e Problemas", Livraria Morais Editora, Lisboa, 1967.
- PLITT, Jane R. – *Matha Matilda Harper and the american dream. How one woman chenged the face of modern business*, Syracuse University Press, N.York, 2000.
- VERLEY, Patrick – *Entreprises et entrepreneurs du XVIIIe siècle au début du Xxe siècle*, Hachette, Paris, 1994.